



**MUNICÍPIO DE SANTA MARTA DE PENAGUIÃO  
CÂMARA MUNICIPAL**

ATA DA REUNIÃO ORDINARIA REALIZADA NO DIA  
19 DE SETEMBRO DE 2018

N.º 19/2018

PRESIDÊNCIA: Dr. Luís Reguengo Machado, Presidente da Câmara. -----

VEREADORES PRESENTES: Dr.ª Silvia da Fonseca Silva, Prof. Urbano Salgueiro Vidal e Arq.º  
Daniel Joaquim Andrade Teles. -----

AUSÊNCIAS JUSTIFICADAS: José Manuel Moreira Lopes. -----

SECRETARIOU: Maria da Piedade Ribeiro Moreira, Coordenadora Técnica. -----

HORA DE ABERTURA: 10:30. -----

OUTRAS PRESENÇAS: Não Houve. -----

LOCAL DA REUNIÃO: Sala de Reuniões dos Paços do Município. -----

ATA DA REUNIÃO ANTERIOR: Aprovada no final da respetiva reunião. -----

V  
f

## SUMÁRIO

<b>I – PERÍODO ANTES DA ORDEM DO DIA</b>	<b>Pág.</b>
1 – Proposta, Declarações e Pedido de Documentos, apresentados pelo Senhor Vereador do PPD/PSD, Arq.ª Daniel Joaquim Andrade Teles.....	4
 <b>II – ORDEM DO DIA</b>	
 <b>ADMINISTRAÇÃO MUNICIPAL</b>	
1 – Proposta apresentada pelo Senhor Vereador do PPD/PSD Norberto Pinto Teixeira.....	6
2 – Confeção e Distribuição de Refeições para os Alunos das EB1 e JI de Santa Marta de Penaguião e Campo de Férias – Aprovação do Relatório Final e Minuta do Contrato – Ratificação de Despacho.....	8
 <b>DIVISÃO ADMINISTRATIVA, FINANCEIRA E DE RECURSOS HUMANOS</b>	
3 – Réccua Douro Ultra Trail (DUT) – Emissão de Parecer.....	17
4 – Arrendamento da Loja n.º 6 do Fórum de Atividades.....	19
5 – Indemnização por Danos Sofridos no Veículo Automóvel, do Senhor João Pedro Pereira Nogueira .....	19
 <b>Serviços de Tesouraria</b>	
6 – Resumo dos Fluxos de Caixa de 31 de agosto a 13 de setembro de 2018 .....	20
 <b>DIVISÃO DE COORDENAÇÃO TÉCNICA DE PLANEAMENTO E GESTÃO URBANA</b>	
7 – Pedido de Parecer Técnico para os Efeitos Previstos no artigo 54.º da Lei n.º 91/95, de 23 de setembro – Requerente: José Joaquim Fonseca Catarina – Freguesia da Cumieira.....	21



---

**UNIDADE ORGÂNICA FLEXÍVEL DE 3.º GRAU DE EDUCAÇÃO, CULTURA,  
DESPORTO AÇÃO SOCIAL E TURISMO**

**Serviço da Educação**

- 8 – Transportes Escolares – Contrato Interadministrativo com as Juntas de Freguesia..... 23

**Serviço do Desporto**

- 9 – Associações Desportivas do Concelho – Atribuição de Subsídio e Aprovação da Minuta  
do Contrato-Programa de Desenvolvimento Desportivo – Época 2018/2019..... 25

**APROVAÇÃO E ENCERRAMENTO**

- 10 – Aprovação da Ata e Encerramento da Reunião ..... 26

U.  
f

## I – PERÍODO DE ANTES DA ORDEM DO DIA

**Proposta, Declarações e Pedido de Documentos,  
apresentados pelo Senhor Vereador do PPD/PSD,  
Arq.ª Daniel Joaquim Andrade Teles**

---- 1 – O Senhor Vereador do PPD/PSD, Arq.º Daniel Joaquim Andrade Teles, apresentou o seguinte: -----

---- 1.1 – “Assunto: PROPOSTA – implementação do cartão escolar do aluno -----

---- Daniel Joaquim Andrade Teles, Vereador da Câmara Municipal de Santa Marta de Penaguião, eleito pelo Partido Social Democrata (PPD/PSD), vem nos termos do regimento, apresentar a proposta seguinte: -----

---- Considerando que o cartão escolar do aluno, encontra-se implementado na maioria dos agrupamentos de escolas do país; -----

---- Tratando-se de uma ferramenta para uso interno dos alunos, refletindo a modernização e agilização de rotinas e integrado no sistema de gestão escolar, que elimina o manuseamento de dinheiro em ambiente escolar, que pode em muitas situações, levar a um uso desviante; -----

---- O referido cartão, com controlo magnético, permite ser carregado, em ponto a definir para o efeito, permitindo o seu uso em transações no bar, na aquisição das senhas para o refeitório e na papelaria. Tem ainda possibilidade de gerir e controlar a entrada e saída dos alunos no recinto escolar. -----

---- Existem no mercado inúmeras empresas especializadas, que poderão depois de consultadas apresentar as soluções mais adequadas à realidade do nosso Agrupamento Escolar. -----

---- Pelo exposto, solicito que esta Câmara, numa atitude proactiva, entre em contacto com os órgãos de gestão do Agrupamento da Escola Básica 2, 3 de Santa Marta de Penaguião, com o propósito da implementação desta ferramenta de modernização escolar, e obviamente apoiar o seu financiamento. -----

---- Paços do Concelho e Santa Marta de Penaguião, 19 de setembro de 2018. -----

---- O Vereador, Daniel Teles -----

---- Ass: Daniel Teles.” -----

---- 1.2 – “DECLARAÇÃO. -----

---- Assunto: “XXIX Semana Cultural de Santa Marta de Penaguião”. -----



V 1  
4

**Município de Santa Marta de Penaguião**  
**Câmara Municipal**  
**Ata n.º 19 de 19 de setembro de 2018**

----- Daniel Joaquim Andrade Teles, Vereador da Câmara Municipal de Santa Marta de Penaguião, eleito pelo Partido Social Democrata (PPD/PSD), vem nos termos do regimento, declarar o seguinte: -----

----- Relativamente ao assunto mencionado em epígrafe, tratando-se de um evento que pretende a promoção cultural do concelho, das suas gentes, mas também dos produtos endógenos, sou da opinião que independentemente da sumula temática escolhida, o tema da viticultura e vinicultura não pode de forma alguma ser secundarizado. Sou ainda da opinião que neste tipo de evento cultural, embora de índole recreativo e revivalista, deverá dar-se igualmente realce à síntese da produção artística local e regional contemporânea, uma vez que até pretendemos adaptar o edifício dos antigos paços do concelho numa escola de artes. -----

----- Realço o esforço, dedicação e empenho realizado por todos aqueles que deram o seu melhor para a realização desta 29.ª edição. Admito que se verificou, em certas atividades, alguns momentos de inovação e modernização, pelo que manifesto o meu apreço. Contudo, penso que faltou uma “feira de vinho”, com exposição do que melhor se produz no concelho, e não estiveram presentes muitas forças vivas locais, sejam económicas ou institucionais, presentes noutras edições, nem alguns artistas locais, com projeção mediática regional e nacional, seja na área musical ou do entretenimento. -----

----- Paços do Concelho e Santa Marta de Penaguião, 19 de setembro de 2018. -----

----- O Vereador, Daniel Teles -----

----- Ass: Daniel Teles.” -----

----- 1.3 – “DECLARAÇÃO. -----

----- Assunto: “Programação para a década 2020-2030”. -----

----- Daniel Joaquim Andrade Teles, Vereador da Câmara Municipal de Santa Marta de Penaguião, eleito pelo Partido Social Democrata (PPD/PSD), vem nos termos do regimento, declarar o seguinte: -----

----- Relativamente ao assunto mencionado em epígrafe, e indo de encontro ao desafio lançado pelo Senhor Presidente da Câmara Municipal, este ano, durante a cerimónia das comemorações do 25 de abril de 1974, na qualidade de representante do Partido Social Democrata de Santa Marta de Penaguião, nesta Câmara, comunico-lhe que já se encontra em fase de conclusão uma proposta de programa, para o período 2020-2030, composto por temas multidisciplinares e

W 1  
t

**Município de Santa Marta de Penaguião**  
**Câmara Municipal**  
**Ata n.º 19 de 19 de setembro de 2018**

transversais, no âmbito das expectativas da nossa comunidade e que brevemente será formalmente apresentado. -----

----- Paços do Concelho e Santa Marta de Penaguião, 19 de setembro de 2018. -----

----- O Vereador, Daniel Teles -----

----- Ass: Daniel Teles.” -----

----- 1.4 – “Assunto: “Pedido de documentos” -----

----- Daniel Joaquim Andrade Teles, Vereador da Câmara Municipal de Santa Marta de Penaguião, eleito pelo Partido Social Democrata (PPD/PSD), vem nos termos do regimento, e em conformidade com a Lei n.º 24/98, de 26 de maio, solicita os seguintes documentos: -----

----- Para esclarecimento público e em prol da transparência da gestão municipal, vimos solicitar cópia das faturas e recibos, relativos aos tratamentos biológicos, no âmbito da erradicação da praga da vespa da galha do castanheiro, realizados durante os anos de 2017 e 2018, na área administrativa do Município de Santa Marta de Penaguião. -----

----- Pede deferimento, -----

----- Paços do Concelho e Santa Marta de Penaguião, 19 de setembro de 2018. -----

----- O Vereador, Daniel Teles -----

----- Ass: Daniel Teles.” -----

## **II – ORDEM DO DIA**

### **ADMINISTRAÇÃO MUNICIPAL**

#### **Proposta apresentada pelo Senhor Vereador do PPD/PSD, Norberto Pinto Teixeira**

----- 1 – O Senhor Vereador do PPD/PSD, Norberto Pinto Teixeira, apresentou a seguinte proposta:

----- 1.1 – “DECLARAÇÃO -----

----- Período antes da ordem do dia. -----

----- Exmo. Senhor Presidente da Câmara Municipal -----

----- Exmos. Senhores Vereadores -----

----- Exmo. Senhor Secretário -----



V  
i  
d

**Município de Santa Marta de Penaguião**  
**Câmara Municipal**  
**Ata n.º 19 de 19 de setembro de 2018**

---

----- Norberto Pinto Teixeira, vereador da Câmara Municipal de Santa Marta de Penaguião, eleito nas listas do PPD/PSD, vem no período de antes da ordem do dia, apresentar nesta Câmara a seguinte proposta: -----

----- Considerando que foi anunciado em finais de maio de 2018, que as piscinas municipais interiores se encontram encerradas ao público, para se proceder a obras de manutenção e substituição de equipamentos. Cujas reabertura se previa para o início do ano letivo de 2018/2019, ou seja, a partir de setembro de 2018. -----

----- Considerando que foi anunciado recentemente, através das redes sociais, no sítio do Município de Santa Marta de Penaguião que as obras inicialmente previstas, afinal serão mais extensas e profundas do que as previstas, remetendo a reabertura deste equipamento para outubro de 2018. -----

----- Fazendo fé que as obras serão mais extensas e profundas, como se referiu anteriormente, dificilmente será plausível a sua reabertura para a data indicada, em condições de qualidade de conforto. Pelo que as crianças e jovens do Agrupamento de Escolas de Santa Marta de Penaguião e os utentes das Instituições Particulares de Solidariedade Social ficarão privados, por um tempo indeterminado, de um serviço físico e educacional que existe há cerca de 2 décadas neste concelho. -----

----- Pelo exposto, somos da opinião, e para mitigar a referida situação, que seja celebrado um protocolo de colaboração entre o Município de Santa Marta de Penaguião e o Município do Peso da Régua, visando o estabelecimento de uma orgânica temporária conjunta, de modo a garantir o acesso à utilização das Piscinas Municipais do Peso da Régua, às crianças, jovens e utentes das IPSS's. Pelo que solicitamos, que seja auscultado o Município do Peso da Régua, no âmbito desta proposta, ou outra com teor semelhante, que venha a ser apresentada nesta Câmara. A rede de transporte será, como é natural, garantida pelo Município de Santa Marta de Penaguião. -----

----- Paços do Concelho e Santa Marta de Penaguião, 04 de setembro de 2018. -----

----- O Vereador -----

----- Norberto Pinto Teixeira." -----

----- Relativamente a este assunto, o Senhor Presidente da Câmara Municipal, Dr. Luís Machado e os Senhores Vereadores do Partido Socialista, Dr.ª Sílvia Silva e Prof. Urbano Vidal, a declaração do seguinte teor: -----

---



----- “A proposta do Sr. Vereador em substituição – Norberto Teixeira - parece-nos extemporânea, para não dizer despropositado. Na realidade, não faz para nós qualquer sentido lançar um plano de solução para um problema inexistente. -----

----- 1º Todos os prazos ainda estão dentro do seu cumprimento. -----

----- 2º As aulas para séniores e crianças, normalmente, iniciam em Outubro. Se por razões que beneficiam os utentes, estas, este ano se atrasarem, acreditamos que nenhum destes utentes, que usufrui gratuitamente das piscinas municipais, irá questionar a urgência de ir para outro equipamento, noutra concelho. -----

----- 3º Se efetivamente o Sr. Vereador tivesse conhecimento da logística, nomeadamente de transportes, necessária para esta ação, mantendo todo o funcionamento da rede escolar normalizado, pensaria certamente duas vezes em medidas populistas.” -----

**Confeção e Distribuição de Refeições para os Alunos das EB1 e  
JI de Santa Marta de Penaguião e Campo de Férias – Relatório  
Final e Minuta do Contrato – Ratificação de Despacho**

----- 2 – Presente à reunião, para ratificação, despacho da Senhora Vice-Presidente da Câmara, Dr.ª Sílvia da Fonseca Silva, datado de 06 de setembro do corrente ano, no âmbito da competência que lhe é conferida pelo n.º 3 do artigo 57.º, da Lei n.º 169/99, de 18 de setembro e posteriores alterações, proferido ao abrigo do n.º 3 do artigo 35.º do Anexo I à Lei n.º 75/2013, de 12 de setembro, sobre o seguinte: -----

----- “RELATÓRIO FINAL -----

----- Aos quatro dias do mês de setembro do ano de dois mil e dezoito pelas nove horas e trinta minutos e em cumprimento do disposto nos artigos 67.º a 69.º do Código dos Contratos Públicos, reuniu o Júri do Procedimento designado para o presente concurso, formado pelo Técnico Superior e Chefe de Divisão António Augusto Amaral Sequeira, pela Coordenadora Técnica Maria de Lurdes Araújo Ribeiro Moreira e pela Assistente Administrativa Cristina Maria Martins Coelho. ----

----- Decorrido o período da Audiência Prévia de acordo com o estipulado no artigo 147.º do Código dos Contratos Públicos (CCP), aprovado pelo Decreto-Lei n.º 18/2008, de 29 de janeiro, com a sua atual redação, verificou-se a inexistência de reclamações por parte dos concorrentes ao



W  
C

**Município de Santa Marta de Penaguião**  
**Câmara Municipal**  
**Ata n.º 19 de 19 de setembro de 2018**

concurso para a Confeção e Distribuição de Refeições para os Alunos das EB1 e JI de Santa Marta de Penaguião e Campo de Férias. -----

----- Pelo exposto, o Júri conclui que a ordenação das propostas deverá ser a mesma que indicou no relatório preliminar. -----

----- No que respeita ao valor global da proposta a adjudicar, o júri constatou que por lapso é referido no Relatório Preliminar o valor de 57.600,00 €/ano, quando na verdade o valor que consta na proposta e no mapa de análise ao factor preço constante no mesmo relatório, é de 67.200,00 €/ano, acrescido do valor do IVA à taxa legal em vigor, sendo que o valor para os 3 anos está conforme. -----

----- Considerando a necessidade em contratar este serviço antes do início do ano letivo, que se prevê para o dia 14 de setembro e que a próxima reunião ordinária do Executivo Municipal se realizará no próximo dia 18 de setembro e por questão de economia não é oportuna a realização de uma reunião extraordinária; -----

----- Considerando que o n.º 3 do artigo 35.º da Lei n.º 75/2013, de 12 de setembro, permite que o Presidente da Câmara pratique quaisquer atos da competência da câmara municipal, quando por motivos de urgência, não ser possível reunir extraordinariamente a câmara municipal, ficando os mesmos sujeitos a ratificação na primeira reunião realizada após a sua prática, sob pena de anulabilidade. -----

----- Pelo exposto, o Júri propõe que: -----

a) A ordenação das propostas seja a mesma que indicou no relatório preliminar: -----

ORDEM	FIRMAS
1.º	GERTAL – Companhia Geral de Restaurantes e Alimentação, S.A
2.º	EUREST (Portugal) – Sociedade Europeia de Restaurantes, Lda
	FIRMAS EXCLUIDAS:
	UNISELF – Sociedade de Restaurantes Públicos e Privados, S.A.
	ICA – Indústria e Comércio alimentar, S.A

b) A adjudicação seja atribuída à firma GERTAL – Companhia Geral de Restaurantes e Alimentação, S.A. pelo preço unitário de 1,60 € por refeição de almoço para os Alunos das EB1 e JI e o preço unitário de 2,40 € por refeição de almoço para o Campo de Férias, o que perfaz o valor global de 67.200,00 €/ano, ou seja, o valor global para os 3 anos de

U 1  
C

**Município de Santa Marta de Penaguião**  
**Câmara Municipal**  
**Ata n.º 19 de 19 de setembro de 2018**

---

201.600,00 €, para as refeições previstas. A estas importâncias acresce o valor do IVA à taxa legal em vigor; -----

- c) O respetivo despacho seja presente à próxima reunião da Câmara Municipal nos termos do n.º 3 do artigo 35.º da supracitada Lei n.º 75/2013, de 12 de setembro." -----

----- "RELATÓRIO PRELIMINAR -----

----- Aos vinte e um dias do mês de Agosto do ano de dois mil e dezoito pelas quinze horas e em cumprimento do disposto nos artigos 67.º a 69.º do Código dos Contratos Públicos, reuniu o Júri do Procedimento designado para o presente concurso formado pelo Técnico Superior e Chefe de Divisão António Augusto Amaral Sequeira, pela Coordenadora Técnica Maria de Lurdes Araújo Ribeiro Moreira e pela Assistente Administrativa Cristina Maria Martins Coelho. -----

----- Tendo em conta que o preço base do concurso é de 218.880,00 € para 3 anos, acrescido do valor do IVA à taxa legal em vigor, ao que corresponde 72.960,00 €/ano, acrescido do valor do IVA à taxa legal em vigor, a presente análise debruça-se sobre as propostas das empresas que se apresentaram a concurso: ICA – Indústria e Comércio Alimentar, S.A., GERTAL – Companhia Geral de Restaurantes e Alimentação, S.A., UNISELF – Sociedade de Restaurantes Públicos e Privados, S.A. e a EUREST (Portugal), Lda. -----

----- Para a apreciação das propostas foi elaborada uma análise com base na legislação em vigor, nomeadamente o estipulado no Decreto-Lei 18/2008, de 29 de Janeiro, na sua atual redação, conjugado com o programa de procedimento e caderno de encargos. -----

----- A adjudicação será feita segundo o critério da proposta economicamente mais vantajosa, conforme consta das peças do procedimento e com a seguinte ponderação: -----



**Município de Santa Marta de Penaguião**  
**Câmara Municipal**  
**Ata n.º 19 de 19 de setembro de 2018**

V  
Q

Factor	Ponderação
Preço	50,00%
Qualidade	50,00%

Subfactores qualidade		%
<b>Metodologias a implementar no âmbito da execução do contrato tendo por referência os requisitos dos Sistemas de gestão (SG)</b>		<b>50,00%</b>
Qualidade (ISO 9001) ou equivalente	O concorrente apresenta o Certificado do sistema de gestão no âmbito da execução do contrato a celebrar.	7,00%
	O concorrente apresenta uma descrição adequada do plano de ação proposto no que refere à implementação dos requisitos do sistema de gestão.	3,00%
	O concorrente não apresenta o certificado do sistema de gestão no âmbito da execução do contrato a celebrar, nem metodologia a implementar	0,00%
Ambiente (ISO 14001:2007) ou equivalente	O concorrente apresenta o Certificado do sistema de gestão no âmbito da execução do contrato a celebrar.	7,00%
	O concorrente apresenta uma descrição adequada do plano de ação proposto no que refere à implementação dos requisitos do sistema de gestão.	3,00%
	O concorrente não apresenta o certificado do sistema de gestão no âmbito da execução do contrato a celebrar, nem metodologia a implementar	0,00%
Segurança Alimentar (ISO 22000:2005) ou equivalente	O concorrente apresenta o Certificado do sistema de gestão no âmbito da execução do contrato a celebrar.	7,00%
	O concorrente apresenta uma descrição adequada do plano de ação proposto no que refere à implementação dos requisitos do sistema de gestão.	3,00%
	O concorrente não apresenta o certificado do sistema de gestão no âmbito da execução do contrato a celebrar, nem metodologia a implementar	0,00%
Higiene e Segurança no Trabalho (OHSAS 18001:2007) ou equivalente	O concorrente apresenta o Certificado do sistema de gestão no âmbito da execução do contrato a celebrar.	7,00%
	O concorrente apresenta uma descrição adequada do plano de ação proposto no que refere à implementação dos requisitos do sistema de gestão.	3,00%
	O concorrente não apresenta o certificado do sistema de gestão no âmbito da execução do contrato a celebrar, nem metodologia a implementar	0,00%
Responsabilidade Social (SA 8000) ou equivalente	O concorrente apresenta o Certificado do sistema de gestão no âmbito da execução do contrato a celebrar.	7,00%
	O concorrente apresenta uma descrição adequada do plano de ação proposto no que refere à implementação dos requisitos do sistema de gestão.	3,00%
	O concorrente não apresenta o certificado do sistema de gestão no âmbito da execução do contrato a celebrar, nem metodologia a implementar	0,00%
<b>Plano de Transporte</b>		<b>25,00%</b>
Proposta muito bem estruturada e inovadora, com um plano muito detalhado que contemple fatores de diferenciação no modo de execução do transporte de refeições		14,00%
Apresentação de um plano muito detalhado no modo de execução do transporte de refeições		8,00%
Apresentação de um plano para no modo de execução do transporte de refeições		3,00%
O concorrente não apresenta um plano de execução do transporte de refeições		0,00%
<b>Plano de Gestão Ambiental para a Comunidade Escolar</b>		<b>25,00%</b>
A proposta apresenta um plano de gestão ambiental bem estruturado, com os objetivos bem especificados, indicadores de desempenho bem definidos, bem como uma metodologia de monitorização e verificação dos sistemas de gestão ambiental, com todos os seus fornecedores de matérias-primas certificados pela ISO 14001:2007		14,00%
A proposta apresenta um plano de gestão ambiental bem estruturado, com os objetivos bem especificados, indicadores de desempenho bem definidos, bem como uma metodologia de monitorização e verificação dos sistemas de gestão ambiental, sem todos os fornecedores certificados pela ISO 14001:2007		8,00%
A proposta apresenta um plano de gestão ambiental sem os objetivos bem especificados, sem os indicadores de desempenho definidos, sem metodologia de monitorização e verificação dos sistemas de gestão ambiental, verificando-se o controlo de todos os fornecedores certificados pela ISO 14001:2007		3,00%
A proposta não apresenta um programa de gestão ambiental		0,00%

**Município de Santa Marta de Penaguião**  
**Câmara Municipal**  
**Ata n.º 19 de 19 de setembro de 2018**

W,  
C

----- Numa primeira análise, verificou-se que a proposta da firma ICA – Industria e Comercio Alimentar, S.A. entrou fora do prazo para a entrega das propostas, pelo que a mesma deverá ser excluída. -----

----- Verificou-se ainda que as firmas concorrentes apresentaram as propostas e todos os documentos com a respetiva assinatura digital qualificada de acordo com o estipulado no artigo 54.º da Lei n.º 96/2015, de 17 de agosto, que regula a disponibilização e a utilização das plataformas eletrónicas de contratação pública. -----

----- Da análise das propostas o Júri elaborou o seguinte mapa para o factor preço: -----

PROPOSTAS									
Descrição	QT/ano	UNISELF		EUREST		GERTAL		ICA	
		Pr.Unit.	Pr.Total/ano	Pr.Unit.	Pr.Total/ano	Pr.Unit.	Pr.Total/ano	Pr.Unit.	Pr.Total/ano
Confeção e Distribuição de Refeições para os Alunos das EB1 e JI	30 000	1,60 €	48 000,00 €	1,54 €	46 200,00 €	1,60 €	48 000,00 €	Entregou a proposta fora do prazo	
Confeção e Distribuição de Refeições para os participantes no Campo de Férias	8 000	2,26 €	18 080,00 €	2,62 €	20 960,00 €	2,40 €	19 200,00 €		
			66 080,00 €		67 160,00 €		67 200,00 €		
									- €

----- Conjugado o estipulado no n.º 6 do ponto IV (Preço Base Unitário) das Cláusulas Jurídicas com o referido no ponto XI (Pessoal) das Clausulas Técnicas, devem os concorrentes justificar os custos com o pessoal apresentando o Anexo C (Mapa de Pessoal) preenchido com custos ou preços com apenas duas casas decimais. -----

----- Neste ponto, o júri constatou que a firma UNISELF – Sociedade de Restaurantes Públicos e Privados, S.A. não apresentou o Anexo C referido, pelo que a mesma deverá ser excluída. -----

----- Ainda neste ponto, o júri constatou que a firma EUREST (Portugal), Lda não preencheu o Anexo C de acordo com o solicitado, isto é, multiplicando as 38.000 refeições pelo valor de incidência de encargos com o pessoal no preço unitário que é de 0,48 €, temos um valor de encargos com o pessoal/ano de 18.240,00 € e na proposta o valor dos encargos com o pessoal/ano é de 18.418,92 €, pelo que aquele valor não é suficiente para suportar os custos com o pessoal. -----

----- No que refere à rubrica encargos gerais e lucro o júri verificou que a mesma firma apresentou o valor de 0,01 €/refeição, causando alguma desconfiança na sua razoabilidade. -----

----- Nesse sentido, o júri entendeu fazer um pedido de esclarecimentos a esta firma colocando duas questões. -----



U  
1  
Φ

----- Questão 1 – “O n.º 6 do ponto IV – Preço base unitário do Caderno de Encargos, refere que “Só são admitidos (quer para efeito da proposta ou de cálculo) custos ou preços com duas casas decimais”. -----

----- Na proposta da V.a firma o valor de incidência de encargos com o pessoal no preço unitário e que consta do Anexo C é de 0,48 €.-----

----- Esse valor multiplicado pelas 38.000 refeições temos um valor de encargos com o pessoal/ano de 18.240,00 € e na vossa proposta o valor é de 18.418,92 €, pelo que aquele valor não é suficiente para suportar os custos com o pessoal. -----

----- O júri solicita que esclareçam esta situação”. -----

----- Questão 2 – “Na rubrica gastos gerais referem o valor de 0,01 € para os encargos gerais e lucro. -----

-----O júri pretende saber como é que vão conseguir fazer o transporte das refeições por esse valor unitário/refeição e ainda ter lucro?”. -----

----- Em resposta à primeira questão, é dito que “o preço total proposto pela Eurest permitirá assegurar o cumprimento de todos os encargos com o pessoal uma vez que a diferença será coberta pelo valor de outros custos contratuais. -----

----- Com efeito, o preço proposto €138.600,00 inclui todos os custos e encargos inerentes à realização de todas as prestações contratuais previsíveis, incluindo, encargos com o pessoal afecto à prestação de serviços”. -----

----- No que concerne à segunda questão, é referido que “a indicação dada pela Eurest tem em consideração a sua estrutura produtiva e organização interna. -----

----- O transporte a ser utilizado será uma viatura própria da Eurest, portanto, pertencente ao equipamento disponível da empresa não se prevendo custos de aquisição de veículo destinado ao transporte. -----

----- Por outro lado, a Eurest consegue maximizar os potenciais lucros uma vez que o combustível é obtido a preços mais baixos e competitivos através dos descontos que a Eurest consegue auferir”. -----

----- Analisadas as respostas dadas pela firma Eurest ao pedido de esclarecimento, o júri decidiu aceitar o seu conteúdo. -----

----- No que respeita ao factor qualidade e dos seus subfactores, o júri verificou que as propostas são próximas entre si. -----



----- No que respeita ao subfactor para as Metodologias a implementar no âmbito da execução do contrato tendo por referência os requisitos dos Sistemas de gestão (SG), as propostas equivalem-se. -----

----- Relativamente ao subfactor para o Plano de Transporte, todas as propostas preenchem os requisitos para o transporte e acondicionamento das refeições, sendo que as firmas GERTAL – Companhia Geral de Restaurantes e Alimentação, S.A. e a EUREST (Portugal), Lda referem o uso de viaturas elétricas, revelando preocupação com o meio ambiente, uma vez que o uso destas viaturas diminuirá a emissão de gases poluentes para a atmosfera. -----

----- No que concerne à análise do subfactor para o Plano de Gestão Ambiental para a Comunidade Escolar, todos os concorrentes apresentam um plano de gestão ambiental bem estruturado, com os objetivos bem especificados, indicadores de desempenho bem definidos, bem como uma metodologia de monitorização e verificação dos sistemas de gestão ambiental, revelando assim fortes preocupações ambientais. -----

----- A EUREST (Portugal), Lda mencionou vários fornecedores certificados a quem faz as suas compras, mas a firma GERTAL – Companhia Geral de Restaurantes e Alimentação, S.A. foi a única firma a referir que todas as suas compras são efetuadas a fornecedores de matérias-primas certificados pela ISO 14001:2007, no caso através de uma holding que tem esta certificação. -----

----- A mesma firma demonstrou ter preocupação com a monitorização dos resíduos, revelando que desenvolve ações de sensibilização de alunos e colaboradores, fazendo a distribuição de um Manual de Boas Práticas para Clientes. -----

----- Revela ainda que apresenta anualmente um relatório ambiental, onde demonstra preocupação pela sustentabilidade ambiental. Neste relatório revela ainda que se preocupa em fazer cumprir os requisitos ambientais àqueles com quem se relaciona. -----

----- No resultado desta análise, o júri elaborou o seguinte mapa, cuja explicação matemática consta no Quadro 1 anexo a esta ata: -----



**Município de Santa Marta de Penaguião**  
Câmara Municipal  
Ata n.º 19 de 19 de setembro de 2018

51

Subfatores qualidade	UNISELF	EUREST	GERTAL
Metodologias a implementar no âmbito da execução do contrato tendo por referência os requisitos dos Sistemas de gestão (SG)			50,00%
Qualidade (ISO 9001) ou equivalente	Excluir	7,00%	7,00%
Ambiente (ISO 14001:2007) ou equivalente		7,00%	7,00%
Segurança Alimentar (ISO 22000:2005) ou equivalente		7,00%	7,00%
Higiene e Segurança no Trabalho (OH-SAS 18001:2007) ou equivalente		7,00%	7,00%
Responsabilidade Social (SA 8000) ou equivalente		7,00%	7,00%
Plano de Transporte			25,00%
Proposta muito bem estruturada e inovadora, com um plano muito detalhado que contemple fatores de diferenciação no modo de execução do transporte de refeições	Excluir	14,00%	14,00%
Apresentação de um plano muito detalhado no modo de execução do transporte de refeições			
Apresentação de um plano para no modo de execução do transporte de refeições			
O concorrente não apresenta um plano de execução do transporte de refeições			
Plano de Gestão Ambiental para a Comunidade Escolar			25,00%
A proposta apresenta um plano de gestão ambiental bem estruturado, com os objetivos bem especificados, indicadores de desempenho bem definidos, bem como uma metodologia de monitorização e verificação dos sistemas de gestão ambiental, com todos os seus fornecedores de matérias-primas certificados pela ISO 14001:2007	Excluir		14,00%
A proposta apresenta um plano de gestão ambiental bem estruturado, com os objetivos bem especificados, indicadores de desempenho bem definidos, bem como uma metodologia de monitorização e verificação dos sistemas de gestão ambiental, sem todos os fornecedores certificados pela ISO 14001:2007		8,00%	
A proposta apresenta um plano de gestão ambiental sem os objetivos bem especificados, sem os indicadores de desempenho definidos, sem metodologia de monitorização e verificação dos sistemas de gestão ambiental, verificando-se o controlo de todos os fornecedores certificados pela ISO 14001:2007			
A proposta não apresenta um programa de gestão ambiental			

----- Sabendo que a adjudicação é feita segundo o critério da proposta economicamente mais vantajosa, tendo em conta a seguinte formula: -----

$$\text{Pontuação} = \text{Preço (Ponderação do preço da proposta} = (B/P) \times 50) + \text{Qualidade} \\ ((\text{Pont.b.1}) + (\text{Pont.b.2}) + (\text{Pont.b.3})) \times 50) \text{ -----}$$

Em que: -----

P é o valor da proposta em análise; -----

B é o valor da proposta de mais baixo valor; -----

W  
P

**Município de Santa Marta de Penaguião**  
**Câmara Municipal**  
**Ata n.º 19 de 19 de setembro de 2018**

Pont.b.1 são as metodologias a implementar no âmbito da execução do contrato, tendo por referência os requisitos dos sistemas de gestão da qualidade (ISO 9001:2015) ou equivalente, segurança alimentar (ISO 22000:2005) ou equivalente, ambiente (ISO 14001:2007) ou equivalente, higiene e segurança no trabalho (ISO 18001:2007) ou equivalente e responsabilidade social (SA 8000) ou equivalente); -----

Pont.b.2 – Plano de Transporte - Corresponde aos parâmetros a considerar na apreciação do mérito da proposta, no que respeita ao plano apresentado para a prestação de serviço no concerne o transporte das refeições; e -----

Pont.b.3 – Plano de Gestão Ambiental - Corresponde aos parâmetros a considerar na apreciação do mérito da proposta, no que respeita aos sistemas de gestão ambiental, com todos os seus fornecedores de matérias-primas certificados. -----

----- Temos assim, a seguinte pontuação: -----

Factor	Ponderação	UNISELF	EUREST	GERTAL
Preço	50,00%	Excluir	25,01%	24,99%
Qualidade	50,00%		23,30%	26,70%
Total	100,00%		48,30%	51,70%

----- Após a análise, o júri propõe a exclusão das firmas: -----

----- ICA – Industria e Comercio Alimentar, S.A., por ter apresentado a sua proposta para além do prazo estipulado para o efeito; e -----

----- UNISELF – Sociedade de Restaurantes Públicos e Privados, S.A. por não ter apresentado o Anexo C – Mapa de Pessoal, referido no ponto XI das Clausulas Técnicas do Caderno de Encargos. -----

----- Da mesma forma, o júri propõe a admissão das restantes firmas e a seguinte ordenação -----

ORDEM	FIRMAS
1.º	GERTAL – Companhia Geral de Restaurantes e Alimentação, S.A
2.º	EUREST (Portugal) – Sociedade Europeia de Restaurantes, Lda
	<b>FIRMAS EXCLUIDAS:</b>
	UNISELF – Sociedade de Restaurantes Públicos e Privados, S.A.
	ICA – Indústria e Comércio alimentar, S.A





----- O júri propõe assim, que a adjudicação seja atribuída à firma GERTAL – Companhia Geral de Restaurantes e Alimentação, S.A. pelo preço unitário de 1,60 € por refeição de almoço para os Alunos das EB1 e JI e o preço unitário de 2,40 € por refeição de almoço para o Campo de Férias, o que perfaz o valor global de 57.600,00 €/ano, ou seja, o valor global para os 3 anos de 201.600,00 €, para as refeições previstas. A estas importâncias acresce o valor do IVA à taxa legal em vigor.

----- Assim, o Júri deliberou ao abrigo e nos termos do artigo 147.º do CCP proceder à Audiência Prévia dos interessados, para no prazo de cinco dias úteis se pronunciarem por escrito via plataforma eletrónica de contratação pública, o que se lhes oferecer sobre o presente relatório.” -

----- Despacho da Senhora Vice-Presidente da Câmara, Dr.ª Sílvia da Fonseca Silva, a ratificar, com o seguinte teor: -----

----- “*Determino ao abrigo da competência que me é conferida pelo n.º 3 do artigo 57.º, da Lei n.º 169/99, de 18 de setembro e posteriores alterações:* -----

----- - *a adjudicação nos termos propostos à firma GERTAL – Companhia Geral de Restaurantes e Alimentação, S.A., pelo valor anual de 67.200,00€, acrescido do valor do IVA à taxa legal em vigor, e a aprovação da minuta do contrato a celebrar.* -----

----- - *que o presente despacho seja presente à próxima reunião de Câmara Municipal, nos termos propostos.* -----

----- **Deliberação: Aprovar, por unanimidade, ratificar o despacho da Senhora Vice-Presidente da Câmara, proferido ao abrigo do n.º 3 do artigo 35.º do Anexo I à Lei n.º 75/2013, de 12 de setembro.** -----

**DIVISÃO ADMINISTRATIVA,  
FINANCEIRA E DE RECURSOS HUMANOS**

**Réccua Douro Ultra Trail (DUT)**

**– Emissão de Parecer**

----- 3 – Presente à reunião informação da Divisão Administrativa, Financeira e de Recursos Humanos, com o seguinte teor: -----

U  
1  
4

----- “A Nexple Ld.ª pretende realizar uma prova desportiva da modalidade de trail running designada Réccua Douro Ultra Trail (DUT) que se realiza entre as 6.00h do dia 6 de outubro e as 4.00h do dia 7 de outubro de 2018. -----

----- De acordo com o n.º 1 do artigo 4.º do Decreto-Regulamentar n.º 2-A/2005, de 24 de março, o pedido de autorização para a realização desta prova é apresentado na Câmara Municipal do Concelho onde a atividade se realiza ou tem o seu termo (no caso de abranger mais de um Concelho). -----

----- Uma vez que, este Município tem jurisdição nas vias onde realiza esta prova, compete à Câmara Municipal nos termos do disposto no n.º 1 do artigo 8.º do Decreto-Regulamentar referido, emitir parecer quanto à utilização da via pública, o qual conforme os n.ºs 3 e 4 do mesmo artigo, deve ter em conta: -----

1. O interesse da atividade em causa relativamente ao interesse de garantir a liberdade de circulação e normalidade do trânsito; -----
2. O número de participantes (nesta prova estão previstos 800 atletas oriundos de todo o país e do estrangeiro); -----
3. A importância das vias envolvidas no que respeita à capacidade de escoamento de tráfego; e -----
4. A segurança e a fluidez da circulação. -----

----- Assim nos termos do n.º 1 do artigo 8.º do Decreto-Regulamentar n.º 2-A/2005 de 24 de março, deve o pedido ser presente à reunião do Executivo Municipal com vista a tomar deliberação quanto ao parecer a que se refere a alínea e) do n.º 1 do artigo 3.º do mesmo diploma, quanto à utilização das vias, sob jurisdição do Município para a realização da prova desportiva referida.” -----

----- **Deliberação: Aprovar, por unanimidade, dar parecer favorável à utilização das vias, sob jurisdição do Município para a realização do evento “Réccua Douro Ultra Trail (DUT)”. -----**



**Arrendamento da Loja n.º 6  
do Fórum de Atividades**

---- 4 – Presente à reunião informação da Divisão Administrativa, Financeira e de Recursos Humanos, com o seguinte teor: -----

---- “Por hasta pública realizada em 26 de outubro de 2010, foi atribuído, pelo período de 8 anos, o direito de ocupação da loja n.º 6 do Fórum de Atividades, ao Senhor José Alberto Pinto Queirós, cujo contrato foi celebrado em 17 de novembro do mesmo ano. -----

---- Tendo em conta que o referido contrato termina no próximo dia 17 de novembro, proponho nos termos do artigo 23º do Regulamento do Fórum de Atividades, que o Executivo Municipal, autorize a abertura de concurso em hasta pública para atribuição de arrendamento comercial da referida loja, fixe o valor base de licitação, bem como o valor mínimo de cada lance. -----

---- O concurso é dirigido por uma comissão designada pela Câmara Municipal, nos termos do artigo 25º do supra mencionado regulamento, sugerindo-se que a mesma seja constituída da seguinte forma: -----

---- Presidente: - Emanuel Rodrigues Costa; -----

---- Vogais: - Maria de Lurdes Araújo Ribeiro Moreira e Inês Nogueira Rebelo.” -----

---- **Deliberação: Aprovar, por unanimidade:** -----

**1 – Autorizar a abertura do concurso para arrendamento comercial da loja n.º 6 do Fórum de Atividades, em conformidade com o disposto no “Regulamento do Fórum de Atividades”. -----**

**2 – Fixar o valor base de licitação em 500,00€ (quinhentos euros). -----**

**3 – E fixar o valor mínimo de cada lance em 5,00€ (cinco euros). -----**

**Indemnização por Danos Sofridos no Veículo  
Automóvel, do Senhor João Pedro Pereira Nogueira**

---- 5 – Presente à reunião informação da Divisão Administrativa, Financeira e de Recursos Humanos, com o seguinte teor: -----





----- “No passado dia 27 de julho do corrente ano, pelas 14:30h, um guarda-sol das Piscinas Municipais, pela ação do vento, foi embater num veículo que estava estacionado na Avenida 25 de Abril, pertencente ao Senhor João Pedro Pereira Nogueira, com a matrícula DW-118-CL. -----

----- O Senhor João Pedro Pereira Nogueira, apresentou o orçamento para reparação do veículo, realizado pela Oficina Henrique Ferraz, com sede na Rua Fernando Ferreira Ferraz, 83, 5050-028 Fontelas – Peso da Régua, no valor total de 196,80 €. -----

----- O sinistro não foi participado à Seguradora uma vez que, considerando que do contrato de seguro celebrado com a Axa Portugal, Companhia de Seguros, S.A., os danos não são passíveis de indemnização pela companhia seguradora, em virtude da mesma estar sujeita a uma franquia contratual, por sinistro, de 10%, com o valor mínimo de 250€, valor que é superior ao reclamado pelo requerente, pelo que, sugere-se que o assunto seja agendado para a próxima reunião da Câmara Municipal, no sentido de deliberar proceder ao pagamento da indemnização pelos danos sofridos na citada viatura, ou seja o pagamento do valor de 196,80€ (cento e noventa e seis euros e oitenta centimos) uma vez que decorre responsabilidade extracontratual do Município, da assunção do pagamento da referida indemnização.” -----

----- **Deliberação: Aprovar, por unanimidade, proceder ao pagamento da indemnização no valor de 196,80€ (cento e noventa e seis euros e oitenta centimos), ao Senhor João Pedro Pereira Nogueira, nos termos da informação.** -----

### **Serviços Tesouraria**

#### **Resumo dos Fluxos de Caixa do dia 31 de agosto a 13 de setembro de 2018**

----- 6 – Presente à reunião para conhecimento o Resumo dos Fluxos de Caixa de 31 de agosto a 13 de setembro de 2018, o qual apresenta os seguintes valores: -----



**Município de Santa Marta de Penaguião**  
**Câmara Municipal**  
**Ata n.º 19 de 19 de setembro de 2018**

41

RESUMO DOS FLUXOS DE CAIXA			Data:	13/09/2018
Recebimentos			Pagamentos	
Saldo do dia anterior:		193 827,95	Despesas Orçamentais	4 394 124,72
Execução orçamental	92 951,81		Correntes	3 842 599,12
Operações de tesouraria	100 876,14		Capital	551 525,60
Receitas Orçamentais		4 409 251,61	Operações de tesouraria	294 235,13
Correntes	4 120 579,51		Saldo para o dia seguinte:	192 177,15
Capital	288 672,10		Execução orçamental	108 078,70
Operações de tesouraria		277 457,44	Operações de tesouraria	84 098,45
Total		4 880 537,00	Total	4 880 537,00

----- **Deliberação: Tomar conhecimento.** -----

### DIVISÃO DE COORDENAÇÃO TÉCNICA DE PLANEAMENTO E GESTÃO URBANA

**Pedido de Parecer Técnico para os Efeitos Previstos no artigo**

**54.º da Lei n.º 91/95, de 23 de setembro – Requerente: José**

**Joaquim Fonseca Catarina – Freguesia da Cumieira**

----- 7 – Presente à reunião requerimento do Senhor José Joaquim Fonseca Catarina, na qualidade de proprietário, a solicitar a emissão de parecer nos termos do n.º 1 do artigo 54.º da Lei n.º 91/95, de 2 de setembro, na sua atual redação, para efeitos de celebração de uma escritura de doação de um prédio. -----

----- Sobe com informação dos Serviços Técnicos -----

----- 1. INTRODUÇÃO -----

----- Através do requerimento supra identificado José Joaquim Fonseca Catarina, na qualidade de proprietário, solicitou o parecer nos termos do n.º 1 do artigo 54º da Lei nº 64/2003, de 23 de agosto, e ulteriores alterações, para efeitos de celebração de negócio jurídico dos prédios que passo a descrever: -----

---- - Prédio rústico, sito na Cumieira, com a área de 61.373,00 m<sup>2</sup>, inscrito na matriz predial sob o artigo 507-E, da freguesia da Cumieira, e descrito na Conservatória do Registo Predial de Santa Marta de Penaguião sob o n.º 16; -----

----- - Prédio misto situado em Amoreira, com a área total de 12.122,00 m<sup>2</sup>, composto pelo prédio rústico, com a área de 12.062,00 m<sup>2</sup>, inscrito na matriz predial sob o artigo 418-E, e pelo prédio urbano, com a área de 60 m<sup>2</sup>, inscrito na matriz cadastral sob o artigo 327, da freguesia da Cumieira, e descrito na Conservatória do Registo Predial de Santa Marta de Penaguião sob o n.º 246. -----

---- 2. PARECER -----

---- 2.1 Enquadramento do pedido na Lei -----

---- De acordo com o disposto no n.º 1 do artigo 54.º da Lei n.º 91/95, de 2/9, alterada pela Lei n.º 64/2003, de 23/08, sob a epígrafe “Medidas Preventivas”, “a celebração de quaisquer atos ou negócios jurídicos entre vivos de que resulte ou possa vir a resultar a constituição de compropriedade ou a ampliação do número de compartes de prédios rústicos carece de parecer favorável da câmara municipal da situação dos prédios”. -----

---- Também, de acordo com o que se encontra estabelecido no n.º 2 do mesmo artigo, o “parecer previsto no número anterior só pode ser desfavorável com fundamento em que o ato ou negócio visa ou dele resulte parcelamento físico em violação ao regime legal dos loteamentos urbanos, nomeadamente pela exiguidade da quota ideal a transmitir para qualquer rendibilidade económica não urbana”. -----

---- 2.2 Enquadramento do prédio nos Instrumentos de Planeamento Territorial -----

---- Tendo em conta a demarcação constante na planta de localização à escala 1/10.000, apresentada pelo interessado e de acordo com a Planta de Ordenamento do Plano Diretor Municipal, os prédios rústicos a que se reporta o pedido em questão, localiza-se: -----

Artigo	Plano Vigente	Classificação de acordo com as plantas
507-E	PDM	O prédio rústico insere-se em <i>Espaços de Uso Múltiplo Agrícola e Florestal</i>
418-E	PDM	O prédio rústico insere-se em <i>Espaços de Uso Múltiplo Agrícola e Florestal</i>



----- 2.3. Especificidades do pedido -----

----- O pedido em questão, visa a constituição de compropriedade nos citados prédio rústico na proporção de 1/2 indivisos. -----

----- 3. PROPOSTA DE DECISÃO -----

----- Considerando que o pedido tem em vista a celebração de um negócio jurídico, visando a constituição de compropriedade no artigo 507-E e 418-E, sem parcelamento físico, situação diferente daquela que a Lei pretende salvaguardar nos termos do n.º 2 do artigo 54.º (parcelamento físico em violação do regime legal dos loteamentos urbanos). -----

----- Estes serviços técnicos são de entendimento que, o pedido formulado não se enquadra no âmbito das medidas preventivas que o artigo 54.º da Lei n.º 64/2003, de 23/08, pretende abranger, pelo que é passível de ser atendido favoravelmente, propondo-se ao Executivo Municipal que emita parecer favorável à constituição de compropriedade requerida. -----

----- Considerando que o requerente solicita a emissão de certidão, propõe-se que a mesma seja emitida de acordo com o presente parecer técnico.” -----

----- **Deliberação: Aprovar, por unanimidade, emitir parecer favorável, de acordo com a informação dos Serviços Técnicos.** -----

**UNIDADE ORGÂNICA FLEXÍVEL DE 3.º GRAU DE EDUCAÇÃO, CULTURA, DESPORTO  
AÇÃO SOCIAL E TURISMO  
Serviço da Educação**

**Transportes Escolares – Contrato Interadministrativo  
com as Juntas de Freguesia**

----- 8 – Presente à reunião proposta da Senhora Vice-Presidente da Câmara, Dr.ª Sílvia da Fonseca Silva, com o seguinte teor: -----

----- “No seguimento das reuniões e contactos efetuados com os Ex.mos Sr.s Presidentes de Junta de Freguesia do Município, para a organização deste ano letivo de 2018/2019, foi-nos dado a



**Município de Santa Marta de Penaguião**  
**Câmara Municipal**  
**Ata n.º 19 de 19 de setembro de 2018**

11  
P

conhecer que continuam interessados em assumir a responsabilidade dos horários de prolongamento e de apoio às famílias nos pré-escolar e 1.º, 2.º e 3.º Ciclo do Ensino Básico bem como os transportes das suas crianças para as respetivas escolas a frequentar. -----

----- Desta forma, e para continuar a garantir um bom e eficiente serviço nesta área tão importante, proponho que se celebre um contrato interadministrativo relativo aos transportes escolares, cuja minuta se anexa à presente proposta, para apreciação e deliberação do Executivo Municipal. -----

----- A Senhora Vice-Presidente propõe, ainda ao Executivo Municipal, a aprovação dos valores constantes do Anexo A, conforme o acordado com os Senhores Presidentes de Junta: -----

**Anexo A**

Freguesia/ União de Freguesias	Localidades	Custo diário	N.º dias (Ano Letivo)	Total a Transferir
Alvações do Corgo	Alvações do Corgo	40,00 €	167	6 680,00 €
Fontes	Paredes D' Arcã/ Soutelo/ Tabuadelo/Justos/Crestelo	70,00 €	167	11 690,00 €
Medrões	Medrões	70,00 €	167	6 680,00 €
Sever	Sever/Banduge/Concieiro Paredes D' Arcã Mafômedes/Veiga	75,00 €	167	12 525,00 €
Lobrigos (São Miguel, São João) e Sanhoane	Sanhoane/Vila Maior/Santa Marta Penaguião/Laurentim	60,00 €	167	10 020,00 €
Louredo e Fornelos	Fornelos/Fiolhais/Paradela do Monte	68,00€	195 (até final de Julho)	13 260,00€

----- **Deliberação:** Aprovar, por unanimidade, a proposta de delegação de competências nas Juntas de Freguesia, e respetivos valores a transferir, bem como, a minuta do respetivo contrato interadministrativo e submeter à Assembleia Municipal para efeitos de autorização, nos termos da alínea m), do n.º 1 do artigo 33.º e alínea k) n.º 1 do artigo 25.º, ambos do Anexo I à Lei n.º 75/2013, de 12 de setembro, respetivamente. -----



## Serviço do Desporto

### **Associações Desportivas do Concelho – Atribuição de Subsídio e Aprovação da Minuta do Contrato-Programa de Desenvolvimento Desportivo – Época 2018/2019**

----- 9 – Presente à reunião proposta do Senhor Vereador em Regime a Tempo Inteiro, José Manuel Moreira Lopes, com o seguinte teor: -----

----- “As nossas Associações desportivas são um património valioso, que projetam e divulgam o nome da nossa marca e têm vindo a desenvolver um enormíssimo trabalho na formação cívica e humana dos nossos jovens. -----

----- A sua atividade dá razão à existência das nossas estruturas onde se pratica desporto que tanto contribui para um crescimento saudável e para a inserção social dos atletas. -----

----- Considerando que as parcerias entre o nosso Associativismo Desportivo e o Município têm obtido resultados muito positivos, tendo vindo a aumentar significativamente o número de praticantes; -----

----- Considerando que o trabalho que desenvolvem possibilitam a toda a população momentos de lazer e entretenimento; -----

----- Considerando que só teremos um enorme futuro se apostarmos no presente e que para colher temos que semear, coloco à consideração do Executivo Municipal a aprovação dos montantes atribuir ao Sporting Club da Cumieira e à Associação Futebol Clube de Santa Marta de Penaguião, para a época 2018/2019, bem como minuta do Contrato-Programa de Desenvolvimento Desportivo, anexo.” -----

----- **Deliberação: Aprovar, por unanimidade, em conformidade com as alíneas o) e u) do n.º**

**1 do artigo 33.º do Anexo I à Lei n.º 75/2013 de 12 de setembro: -----**

**1 – Atribuir ao Sporting Club da Cumieira, uma comparticipação financeira, no valor total de 15.000,00€ (quinze mil euros), a pagar em 10 prestações, mensais; -----**

**1.1 – Atribuir, ainda ao Sporting Club da Cumieira: -----**

----- **a) uma comparticipação financeira no valor de 1.500,00€ (mil e quinhentos euros), cujo pagamento ficará condicionado que a equipa de**

**Município de Santa Marta de Penaguião**

**Câmara Municipal**

**Ata n.º 19 de 19 de setembro de 2018**

futebol seja constituída no mínimo por três atletas residentes no Concelho;  
----- b) uma comparticipação financeira de 1.500,00€ (mil e quinhentos euros), cujo pagamento ficará também condicionado que a equipa de futebol não fique classificada nos quatro últimos lugares do respetivo campeonato; -----

1.2 – À Associação de Futebol Clube de Santa Marta de Penaguião, uma comparticipação financeira, no valor total de 45.000,00€ (quarenta e cinco mil euros) a pagar em 10 prestações mensais, sendo que a décima prestação só será paga se a equipa de futebol ficar classificada nos primeiros quatro lugares, do respetivo campeonato. -----

----- O encargo relativo aos subsídios atribuídos, fica no entanto condicionado ao cumprimento do estabelecido na Lei n.º 8/2012, de 21 de fevereiro (Lei de Assunção de Compromissos e Pagamentos em Atraso) e do Decreto-Lei n.º 127/2012, de 21 de junho, designadamente quanto à existência de dotação orçamental e de fundos disponíveis. -----


----- 2 – A minuta dos contratos-programa a celebrar entre o Município e as associações desportivas. -----

**APROVAÇÃO E ENCERRAMENTO**

**Aprovação da Ata e Encerramento da Reunião**

----- 10 – E não havendo mais nada a tratar, a Câmara Municipal, deliberou, por unanimidade, aprovar a presente ata, nos termos do disposto no n.º 2 do artigo 57.º do Anexo I à Lei n.º 75/2013 de 12 de setembro, a qual vai assinada pelo Senhor Presidente da Câmara e por mim, Maria da Piedade Ribeiro Moreira, Coordenadora Técnica, com funções de Secretário que a elaborei. Foi encerrada a reunião quando eram 11:25 horas. -----

A Coordenadora Técnica,



(Maria da Piedade Ribeiro Moreira)

O Presidente Câmara,



(Luís Reguengo Machado, Dr.)